

Mailson descarta moratória; as reservas definirão pagamentos

por Cezar Faccioli
do Rio

O ritmo de ingresso de recursos nas reservas cambiais determinará o ritmo de pagamento aos credores internacionais, o que comporta atrasos pequenos como esse de US\$ 812 milhões acumulados entre sexta e segunda-feira junto ao Clube de Paris. Admitindo esse quadro, o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, descarta a hipótese de moratória, para ele uma palavra "fosforescente". "Não foi declarada moratória ou sequer suspensos os pagamentos de juros, e não é nossa intenção reinaugurar um processo de confrontação com a comunidade financeira internacional", argumentou.

Presente no Rio para a instalação da comissão encarregada de subsidiar a reformulação das regras do mercado de valores mobiliários, o ministro da Fazenda prometeu, "para os próximos dias", conforme anunciado no dia anterior pelo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, o pagamento da parcela devida ao Clube de Paris. "O Comitê de bancos absorveu bem as medidas de centralização do câmbio, e mesmo as negociações para o dinheiro novo não estão prejudicadas", sustentou Ferreira da Nóbrega.

CRISE CAMBIAL

Embora associasse o



Mailson Ferreira da Nóbrega

atraso no pagamento à defesa do nível adequado das reservas cambiais, o ministro descartou a ideia de que o País viva uma crise cambial. "As reservas em moeda forte estão em nível superior ao de dezembro de 1988 (US\$ 5,3 bilhões), e na época ninguém falava em crise cambial", explicou. O ministro não forneceu o valor preciso das reservas ou o nível a partir do qual a situação seria considerada crítica, alegando serem essas informações "segredo de Estado".

O ministro não quis adiantar se os pagamentos aos credores concentrados em setembro — valor aproximado de US\$ 2 bilhões — estavam ameaçados pela demora no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e na liberação dos empréstimos pelos bancos privados. Ferreira da Nóbrega preferiu enfatizar que as linhas 3 e 4 (re-

cursos para empréstimos de curto prazo — trinta a noventa dias — para operações de comércio exterior e "funding" das agências externas de bancos brasileiros) estavam mantidas e que a situação atual era mais confortável do que em atrasos anteriores.

MEDIDAS PREVENTIVAS

O ministro procurou enfatizar as diferenças entre o atraso atual e experiências como o "setembro negro" de 1982, a moratória de fevereiro de 1987 ou mesmo o atraso vivido no primeiro trimestre. Ao contrário de 1982, agora as medidas foram preventivas, antes que a crise ficasse caracterizada, e não atingiram o comércio exterior. Com relação à moratória de 1987, a diferença é que desta vez não houve intenção política do governo e a suspensão não é até a conclusão da negociação com os credores, mas até que o pagamento não prejudique o controle das reservas, segundo o ministro. Por fim, o atraso de 1989 (primeiro trimestre), observou, deveu-se à falta de autorização das operações oficiais de crédito pelo Congresso.

A possibilidade de suspender as importações, aventada por alguns economistas, está descartada pelo ministro. O diretor da Carteira de Comércio Exterior (Cacex) do Banco do Brasil (BB), Namir Salek, informou ao ministro que o

resultado da balança comercial em junho será muito favorável, e que a procura de guias de exportação depois da minidesvalorização de 11,98% e a confirmação da desvalorização diária do cruzado novo, está sendo "muito boa". "Não teremos mais mídi, máxi, o que for. Prosseguiremos com a desvalorização diária com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e só, pois não temos intenção de facilitar ganhos de capital aos portadores de Bônus do Tesouro Nacional (BTN) cambial (títulos vinculados ao câmbio oficial), mas assegurar as reservas", explicou Ferreira da Nóbrega.

Evitando a cada momento o termo moratória e chegando a dizer que os jornalistas "estavam procurando um 'lead' com moratória", o ministro, no entanto, foi enfático ao vincular os pagamentos aos credores ao nível das reservas. "A exaustão das reservas internacionais foi o gatilho que disparou a hiperinflação em outros países, e é obrigação de qualquer governo evitar o colapso cambial", definiu.

A centralização de câmbio, assim, visaria controlar o ritmo dos principais impactos negativos sobre as reservas brasileiras: a aceleração das remessas de lucros e dividendos ao exterior pelas empresas multinacionais e até os pagamentos aos credores, ponto de honra para Mailson.